

Parecer nº 190/99

Data: 1999.11.17

Processo nº 755

Requerente: Direcção-Geral de Viação (DGV)

1. O Pedido

1.1. A sociedade Ensino Automobilística “A Modelo”, Lda. - patrocinada por um advogado - requereu à DGV, **sem invocação de base legal**, a emissão de certidões de documentos constantes do processo da concessão do Alvará à “Escola de Condução do Lobão”, indicados em dezassete itens que assim se reproduzem:

- 1 - Requerimento inicial/ petição de autorização para abertura da “Escola de Condução do Lobão”.
- 2 - Formulário de candidatura (identificação do requerente, caracterização do projecto, resumo do investimento, previsão de candidatos, proveitos e resultados, garantia de funcionamento – declarações e conclusão e justificação de viabilidade).
- 3 - Estudo técnico e económico de viabilidade (páginas 1 a 13; quadros 1 a 7; custos dos serviços mensais de 1999 a 2003; previsão dos serviços prestados de 1999 a 2003; declarações; certidões; plantas topográficas; facturas e outra documentação anexa).
- 4 - Todas as fichas de análise da 1ª fase do processo de candidatura, incluindo, portanto, pareceres e despachos da análise técnico-jurídica e técnico-económica e da análise global jurídico-económica.

- 5 - Notificação ao requerente do deferimento do requerimento inicial para abertura de escola de condução.
- 6 - Carta de 09 de Dezembro de 1998, na qual o requerente se compromete a admitir, num prazo de 3 anos, um sub-director para exercer tal cargo na escola e carta de 14 de Abril de 1999, na qual o requerente pede dispensa de sub-director por 3 anos.
- 7 - Declaração de honra, datada de 14 de Abril de 1999, na qual o requerente António Gomes Valente afirma nunca ter exercido ou participado na ministração ilícita do ensino de condução.
- 8 - Carta de 12 de Maio de 1999, cujo assunto é: pedido de alteração de firma e pacto social.
- 9 - Todas as fichas de análise da 2ª fase do processo de candidatura, incluindo os respectivos pareceres e despachos.
- 10 - Notificação ao requerente da aprovação das instalações propostas.
- 11 - Requerimento para vistoria e aprovação de instalações e apetrechamento (incluindo o respectivo despacho).
- 12 - Todas as fichas de análise da 3ª fase do processo de candidatura, incluindo os respectivos pareceres e despachos).
- 13 - Relatório de vistoria e aprovação de instalações e apetrechamento.
- 14 - Notificação ao requerente da aprovação das instalações e apetrechamento (datado de 30 de Agosto de 1999), incluindo os respectivos pareceres e despachos.
- 15 - Despacho de emissão de alvará de escola de condução, datado de 08 de Setembro de 1999.
- 16 - Notificação ao requerente da emissão de alvará, datada de 10 de Setembro de 1999.
- 17 - Alvará nº 744, da Escola de Condução do Lobão.

1.2. Requereu ainda que lhe fosse certificado o seguinte:

- a) Se o último acto praticado neste procedimento foi com ou sem delegação de competências;

- b) O teor do despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna de 21 de Janeiro de 1999;
 - c) O teor do despacho da mesma entidade de 27 de Maio de 1999 com base em parecer da Auditoria Jurídica.
- 1.3. A sociedade requerente declarou expressamente que as certidões e as informações pedidas se destinavam “a fins de exercício da justiça administrativa”.
- 1.4. Tendo dúvidas sobre a legalidade da satisfação do que foi requerido, a Direcção-Geral de Viação, pediu o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos – CADA (previsto pelo nº 2 do artigo 15º da Lei do Acesso aos Documentos Administrativos – LADA) e juntou fotocópias do parecer da Auditoria Jurídica de 26 de Maio de 1999 e do despacho de concordância de 27 de Maio seguinte do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, bem como o despacho também de concordância exarado pela mesma entidade em 21 de Janeiro sobre uma informação datada de 8 de Janeiro da Chefe de Divisão de Condutores e Ensino de Condução daquela Direcção-Geral (e não sobre parecer da Auditoria, como por lapso foi referido no pedido).

2. Apreciação

- 2.1. Partindo do princípio de que o processo se encontra concluído (visto que se refere o Alvará como tendo o nº 744), há que avaliar da legalidade e obrigatoriedade de conceder acesso aos documentos identificados no requerimento, com base nas disposições da actual LADA, correspondente à reprodução integral anexa à Lei 94/99, de 16 de Junho com a segunda alteração à Lei nº 65/93, de 26 de Agosto antes já alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março.

Desenvolvendo o princípio da administração aberta constitucionalmente consagrado (cf. artigo 1º), a regra geral é a de que todos os cidadãos têm acesso aos documentos administrativos.

- 2.2. Os documentos requeridos à DGV parecem enquadrar-se, de acordo com os artigos 3º e 4º, no conceito de documentos administrativos, tanto no sentido material de suportes de informação, como do ponto de vista da sua produção e detenção se situar no âmbito da Administração Pública.

Nos termos do nº 1 do artigo 7º, todos os cidadãos têm direito de acesso aos documentos administrativos; o nº 2 diz que esse acesso compreende não só o direito de obter a sua reprodução, como o direito à informação sobre a existência dos documentos indicados.

- 2.3. Neste caso concreto e em relação aos documentos referidos, haverá, no entanto, que verificar se alguns poderão incluir-se na classificação de documentos nominativos ou se a sua comunicação poderá pôr em causa segredos comerciais, industriais, a devassa da vida interna das empresas ou favorecer práticas de concorrência desleal. Em todos estes casos o acesso geral é interdito.

São documentos **nominativos** os que contêm dados pessoais: estes são definidos como informações **sobre pessoa singular identificada ou identificável**, que contenham **apreciações, juízos de valor** ou que sejam abrangidos pela reserva de intimidade da vida privada cf. artigo 4º b) e c) .

O acesso excepcional a este tipo de dados é regulado pelo artigo 8º e só podem ser obtidos por terceiros com autorização escrita do respectivo titular ou se for feita pelo interessado demonstração do interesse directo, pessoal e legítimo na sua obtenção (cf. nºs 1 e 2 do artigo 8º).

O artigo 10º nº 1 limita também o acesso a documentos cuja comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas e o nº 2 restringe ainda a sua utilização quando possam configurar-se práticas de concorrência desleal.

O nº 6 do artigo 7º prevê a comunicação parcial dos documentos sempre que seja possível expurgá-los da informação relativa à matéria reservada.

2.4. Sumariamente delineado este regime legal de acesso aos documentos administrativos regulado pela LADA, - e presumindo excluída a existência de dados pessoais - parece que as limitações de acesso aos documentos pedidos à DGV poderão existir apenas no domínio de aplicação do artigo 10º. Só perante os documentos em concreto é possível aferir dessa aplicação, mas no que respeita às características do projecto, aos proveitos, aos estudos de viabilidade, às facturas e elementos semelhantes (itens 2 e 3), os documentos do processo da Escola do Lobão situar-se-ão certamente na área da reserva da vida interna da empresa.

2.4.1. Às fichas de análise, pareceres e despachos (itens 4.9 e 12) só será aplicável o regime da inacessibilidade ou da acessibilidade limitada ou parcial, se através delas forem susceptíveis de revelação dados protegidos, no domínio do indicado artigo 10º.

2.4.2. As fotocópias anexas pela DGV ao presente pedido de parecer permitem **concluir pela acessibilidade** dos despachos do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna e dos documentos sobre os quais recaíram: trata-se de apreciações genéricas de análise e de actuação, sem referências concretas a dados pessoais ou a escolas de condução.

2.4.3. Não há também motivo legal para ser recusada a informação pedida sobre se o último acto praticado no procedimento o foi com ou sem delegação de competências.

2.5. Poderá concluir-se que, salvo os documentos correspondentes aos itens indicados em que haverá – ou poderá haver – dados classificáveis como comerciais e/ou industriais, todo o restante processo de concessão do Alvará parece acessível, à luz da LADA.

Aliás, a indicação dos fins judiciais a que se destina a informação é irrelevante neste contexto.

3. Conclusões

3.1. O processo de concessão de alvará de uma escola de condução é, por definição, de acesso geral, face aos princípios de publicidade, transparência, igualdade, justiça e imparcialidade consignados na LADA.

3.2. A indicação do teor dos documentos pedidos não permite gerar dúvidas, quanto à existência de dados pessoais que possam implicar o seu enquadramento no regime restrito de acesso de terceiros aos documentos nominativos.

3.3. Parece sim, que poderão existir dados protegidos referentes à vida interna e segredos comerciais da Escola do Lobão que, nos termos do nº 1 do artigo 10º, permitem à Administração recusar o acesso aos documentos que os contiverem. De acordo com os pontos 2.4 e 2.4.1 deste parecer, além dos itens 2. e 3. que serão inacessíveis, só será possível aquilatar da acessibilidade dos itens 4. 9. e 12. perante cada documento em concreto.

Dir-se-á, finalmente, que são acessíveis as fotocópias anexas pela DGV ao pedido de parecer, bem como a informação sobre delegação de competências.

Pelos fundamentos expostos a CADA delibera aprovar o presente parecer.

Lisboa, 17 de Novembro de 1999

Branca Amaral (Relatora) – *José Magalhães* – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Amadeu Guerra* – *Castro Martins* (Presidente)